



# Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ACRE

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

## **A C Ó R D ã O Nº 8.088**

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 19.625.2008-86-TCE (C/ 02 Volumes e 02 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Acre, exercício de 2007.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor José Ruy Coelho de Albuquerque  
**ADVOGADO:** Senhor Marcos Rangel da Silva OAB/AC nº 2001  
**RELATORA:** Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Aplicação de multa ao Gestor com fulcro no inciso II, do art. 89 da LCE nº 38/93. Remessa de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) aplicar multa**, fundamentada no inciso II, do art. 89 da LCE nº 38/93 ao Senhor **José Ruy Coelho de Albuquerque**, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, tendo em vista que o saldo financeiro disponível para ser transferido para o exercício seguinte no valor de **R\$ 1.243.781,22** (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos) não é suficiente para cobrir as despesas inscritas de Restos a Pagar no montante de **R\$ 1.502.634,75** (um milhão, quinhentos e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), conduta proibida pelo art. 9º c/c os arts. 15 e 16 da LCF nº 101/2000 e inconsistência no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais; e **2) remeter cópia** do apurado ao Ministério Público Estadual, para adotar as providências legais que entender necessárias, ante as irregularidades praticadas, em face dos arts 359-B e 359-D do Código Penal. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.-.-.-.-.-

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 13 de dezembro de 2012**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS**  
Relatora

Fui presente:

**JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**  
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE